



SINDADOS-BA

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EMPRESA E ÓRGÃOS
PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA,
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Filiado à

SENADADOS CUT

www.sindadosba.org.br



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - PARTICULARES

CCT 2014 / 2016

Handwritten signatures in blue ink:
- Top right: *maior*
- Middle right: *Salvador*
- Bottom left: *MT*
- Bottom center: *de*
- Bottom right: *de*

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	05
CLÁUSULA I	CATEGORIA ABRANGIDA 05
CLÁUSULA II	DATA-BASE 05
CAPÍTULO II - DA FREQUÊNCIA AO TRABALHO	05
CLÁUSULA III	JORNADA DE TRABALHO 05
CLÁUSULA IV	BANCO DE HORAS 06
CLÁUSULA V	AUSÊNCIAS LEGAIS 08
CLÁUSULA VI	ATESTADOS MÉDICOS 08
CLÁUSULA VII	CONTROLE MÉDICO OCUPACIONAL 08
CLÁUSULA VIII	LICENÇA MATERNIDADE E ADOÇÃO 09
CLÁUSULA IX	ABONO DO TRABALHADOR 10
CLÁUSULA X	ABONO SOCIAL 10
CLÁUSULA XI	TRABALHADOR ESTUDANTE 10
CAPÍTULO III - DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS	10
CLÁUSULA XII	PAGAMENTO SALARIAL 10
CLÁUSULA XIII	COMPROVANTE DE PAGAMENTO 11
CLÁUSULA XIV	IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO 11
CLÁUSULA XV	REAJUSTE SALARIAL 11
CLÁUSULA XVI	PISO SALARIAL 11
CLÁUSULA XVII	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 12
CLÁUSULA XVIII	BÔNUS / PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS 13
CLÁUSULA XIX	Adiantamento de 13º Salário 13
CLÁUSULA XX	TRIÊNIO 13
CLÁUSULA XXI	ENCARGOS SOCIAIS 11
CLÁUSULA XXII	EMPREGADOS TERCEIRIZADOS EM ESTAB. BANCÁRIOS 14
CLÁUSULA XXIII	SALÁRIO EDUCAÇÃO 14
CLÁUSULA XXIV	AUXÍLIO CRECHE 14
CAPÍTULO IV - DO INÍCIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	15
CLÁUSULA XXV	RETENÇÃO DA CTPS 15
CLÁUSULA XXVI	ESTAGIÁRIOS 15
CLÁUSULA XXVII	REDUÇÃO DE JORNADA /DISPENSA 15
CLÁUSULA XXVIII	MULTA DO §8º ARTIGO 477 DA CLT 15
CLÁUSULA XXIX	HOMOLOGAÇÃO E DEMISSÃO 15
CLÁUSULA XXX	AUXÍLIO FUNERAL 16
CAPÍTULO V - DO TRANSITO FUNCIONAL	16
CLÁUSULA XXXI	SALÁRIO FUNÇÃO PROMOÇÃO 16
CLÁUSULA XXXII	SUBSTITUIÇÃO FUNCIONAL 16

ÍNDICE

CAPÍTULO VI - DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS EMPREGADOS	16
CLÁUSULA XXXIII	ERGONOMIA 16
CLÁUSULA XXXIV	INTERVALO 17
CLÁUSULA XXXV	INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE 17
CLÁUSULA XXXVI	ASSISTÊNCIA MÉDICA 17
CLÁUSULA XXXVII	TRANSPORTE NOTURNO 17
CLÁUSULA XXXVIII	COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO E AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO 18
CAPÍTULO VII - DOS CASOS ESPECIAIS	18
CLÁUSULA XXXIX	FUSÃO / INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS 18
CLÁUSULA XL	LICITAÇÃO 18
CAPÍTULO VIII - DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL	19
CLÁUSULA XLI	COMISSÃO SINDICAL 19
CLÁUSULA XLII	ESTABILIDADE 19
CLÁUSULA XLIII	ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS 20
CLÁUSULA XLIV	MURAL PARA AVISO 20
CLÁUSULA XLV	MENSALIDADE SINDICAL 20
CLÁUSULA XLVI	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 21
CLÁUSULA XLVII	TAXA ASSISTENCIAL – SINDADOS 21
CLÁUSULA XLVIII	TAXA ASSISTENCIAL SINEPD 22
CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	22
CLÁUSULA XLIX	RESSALVA 22
CLÁUSULA L	MULTA POR DESCUMPRIMENTO 22
CLÁUSULA LII	GARANTIA DO EMPREGO 23
CLÁUSULA LIII	ADICIONAL DE TITULARIDADE 23
CLÁUSULA LIV	VIGÊNCIA 23
ANEXO - PLANILHA DE CÁLCULO DE ENCARGOS SOCIAIS	25

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "S. Silva", "af", "dn", and "M. R. M. R.".

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DA BAHIA – SINDADOS, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 16.475.055.0001-98, COM SEDE À RUA BELA VISTA DO CABRAL, 378, NAZARÉ, SALVADOR-BA, CEP 40.055-000, CÓDIGO SINDICAL 005.436.02919-7, E A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES - FENAINFO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 35.809.995.0001-10, COM SEDE À RUA BUENOS AIRES, Nº 68, 32º ANDAR, NESTA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – RJ – CEP – 20.070.020, CÓDIGO SINDICAL: 000.289.00000-9..

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA I - CATEGORIA ABRANGIDA

Estão abrangidos pelas disposições da presente Convenção todos os trabalhadores com vínculo empregatício com as empresas atuantes no setor de informática e tecnologia da informação, assim consideradas as sociedades que tenham como objetivo preponderante as atividades de comércio e prestação de serviços técnicos de informática, quais sejam, de processamento de dados; desenvolvimento, integração, comercialização, distribuição, agenciamento, licenciamento e manutenção de produtos e serviços em informática (hardware e software); fornecimento e disponibilização de infra-estrutura (física e lógica) e locação de mão-de-obra em informática e/ou tecnologia da informação; provimento de acesso, serviços e suporte técnico à internet; consultoria, educação, treinamento, pesquisa, avaliação de projetos e serviços relacionados a informática e/ou tecnologia da informação; bem como todas as demais atividades afins, correlatas, similares ou conexas relacionadas à informática e/ou tecnologia da informação, incluindo grandes, médias, pequenas e microempresas, sejam elas privadas ou de economia mista na base territorial do Estado da Bahia.

CLÁUSULA II - DATA-BASE

As partes mantêm a data-base da categoria profissional em 1º de maio.

CAPÍTULO II

DA FREQUENCIA AO TRABALHO

CLÁUSULA III – JORNADA DE TRABALHO

Fica mantida a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, sendo de até 06 (seis) horas diárias de segunda-feira a sábado, aplicável às funções de **Digitador, Conferente e Auxiliar de Processamento de Dados**, com exceção, **Auxiliar de Caixa Rápido, Operador Help Desk e**

Operador de Telemarketing e/ou Atividades de Tele-Suporte e/ou Tele-Serviços., que cumprirá sua jornada de trabalho de segunda a sábado, nos termos da Cláusula XXII desta Convenção.

Parágrafo Primeiro: Os demais trabalhadores praticarão a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, se outra não lhes for aplicada, em razão de determinação legal ou por concessão da empresa.

Parágrafo Segundo: A jornada que trata o "caput" desta cláusula poderá ser distribuída somente de segunda a sábado, respeitando-se o limite de seis horas diárias, sendo que aos sábados poderá se estender até às 15 (quinze) horas, considerando-se labor extraordinário qualquer atividade após este horário. Este parágrafo refere-se as funções com jornada de 30 horas semanais – de segunda a sábado.

Parágrafo Terceiro: Os empregados em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais cumprirão a jornada designada pelo cliente (tomador dos serviços) quando esta for mais benéfica (menor) ao trabalhador, sem prejuízo de sua remuneração. Cessado o período de dedicação ao cliente, ou mesmo a alteração da jornada de trabalho designada pelo cliente, retornará o empregado ao cumprimento da jornada originalmente pactuada, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sem que isso represente acréscimo salarial.

Parágrafo Quarto: As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, o que implica na presunção de cumprimento integral pelo empregado da jornada de trabalho contratual, convencionada ou acordada vigente no estabelecimento.

PARÁGRAFO QUINTO: DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA AO EMPREGADO, ATÉ O MOMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO EM QUE ESTÁ SENDO AFERIDA A FREQUÊNCIA, A INFORMAÇÃO SOBRE QUALQUER OCORRÊNCIA QUE OCASIONE ALTERAÇÃO DE SUA REMUNERAÇÃO EM VIRTUDE DA ADOÇÃO DO ALUDIDO SISTEMA ALTERNATIVO

CLAUSULA IV – BANCO DE HORAS

É facultado às empresas estabelecer regime de Banco de Horas com seus empregados, podendo compensar as horas extras, faltas, atrasos e horas normais, formado pelas Horas Positivas (horas extras) e Horas Negativas (faltas injustificadas) da jornada de trabalho determinada por esta Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e, de acordo com a necessidade de serviço da Empresa disciplinado da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: As horas extraordinárias laboradas de segunda-feira a sábado serão remuneradas com o adicional de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre o valor normal da hora; as horas extras trabalhadas após as 15:00 horas de sábados e as laboradas em domingos e

MT

serviço

55%

feriados serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Segundo: No caso de compensação de horas, pode ser reduzida a jornada de outro dia da semana ou concedida folga compensatória, sendo que as horas laboradas após as 15:00 horas de sábado e as laboradas aos domingos e feriados deverão ser objeto de compensação à razão de 2 x 1 ou seja, uma hora de labor em tais dias deverá corresponder a duas horas de folga compensatória.

Parágrafo Terceiro: No cômputo mensal do Banco de Horas, as horas positivas excedentes a 55 (cinquenta e cinco) horas, serão pagas de acordo com o estabelecido no parágrafo primeiro, enquanto que as horas negativas, excedentes a 55 (cinquenta e cinco) horas, serão automaticamente descontadas, sem a possibilidade de transferência para o mês subsequente.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de dispensa sem justa causa ou pedido de demissão, se o empregado tiver horas positivas, a Empresa quitará junto com as demais verbas rescisórias o saldo credor de horas e se, ao contrário, tiver horas negativas, a Empresa também descontará o saldo devedor das verbas rescisórias, conforme autorizado pelo artigo 462 da CLT.

Parágrafo Quinto: O empregado que, por motivos injustificados, deixar de cumprir a jornada diária, terá o tempo não trabalhado debitado do seu Banco de Horas (Horas Negativas) e reposto posteriormente em horas trabalhadas a mais, até que o saldo devedor fique zerado. Entretanto, caso não seja possível a compensação no próprio mês, o saldo poderá ser transportado para o mês subsequente respeitando os limites estabelecidos no parágrafo terceiro. Horas trabalhadas a mais, por motivos de compensação de Horas Negativas, dispensa a empresa do fornecimento do auxílio-alimentação adicional.

Parágrafo Sexto: Além das horas de reposição, o empregado poderá trabalhar horas extras, desde que o serviço assim o exija. Tais horas, que dependerão de autorização prévia da Empresa, serão creditadas no Banco de Horas (Horas Positivas). A compensação das horas extras através de folga compensatória, no caso de horas positivas, dispensa a empresa do fornecimento do auxílio-alimentação adicional.

Parágrafo Sétimo: A Empresa acordará com seus empregados, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as folgas a serem gozadas pela compensação diária ou ponte de feriado. O mesmo tratamento será dado quando a compensação for feita em regime de meio período ou período inferior.

Parágrafo Oitavo: Para efeito do quanto prescrito na Lei nº 11.603/2007, fica autorizado o labor em dias de domingo e feriado, mediante compensação.

Parágrafo Nono: Nos termos da Súmula 85, item IV, a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Maf.", "Scherer", and others, along with a small box containing the number 7.

CLÁUSULA V – AUSÊNCIAS LEGAIS

Parágrafo Primeiro: Os empregadores que utilizarem produtos químicos em suas atividades-fim liberarão ainda 01 (um) dia de trabalho dos seus empregados que exerçam funções nessas áreas, para que estes realizem exames específicos destinados a avaliar a taxa de reagentes químicos no sangue, sem ônus para o empregado, obrigando-se este a comprovar a realização do mesmo, sob pena de a ausência ser considerada falta injustificada.

Parágrafo Segundo: Os empregadores comunicarão a seus empregados sobre possíveis efeitos que causem danos à saúde provocados por qualquer mudança tecnológica, antes de sua implementação.

Parágrafo Terceiro: Os empregadores emitirão, para os empregados acometidos de doença ocupacional ou do trabalho, a "Comunicação de Acidente de Trabalho" (CAT) e o devido encaminhamento ao posto da Previdência Social.

CLÁUSULA VIII – LICENÇA MATERNIDADE E ADOÇÃO

Fica garantido à empregada gestante o direito a licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, mantendo-se a estabilidade gestacional nos termos do artigo 10, II, b, do ADCT da CF/88, bem como o direito a um intervalo de meia hora por turno trabalhado, com o objetivo de amamentar o próprio filho até que este complete 06 (seis) meses de idade. Havendo necessidade justificada pela saúde do filho, esse período pode ser prolongado a critério do profissional médico competente.

Parágrafo Único: A empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, mediante apresentação do termo judicial, tal como determina o art. 392-A da CLT, terá assegurada licença, sem prejuízo do salário, observado os intervalos assim delimitados:

a) No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 01 (um) ano de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias;

b) No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias;

c) No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 04 (quatro) anos até 08 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA IX – ABONO DO TRABALHADOR

As empresas abonarão a falta do trabalhador que comunicar, por escrito e com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, a prestação de exame para ingresso em instituições de nível superior e participação em concursos públicos.

CLÁUSULA X – ABONO SOCIAL

Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, as empresas, de acordo com a sua disponibilidade, terão o prazo de 12 (doze) meses para conceder abono social de 01 (um) dia para trabalhadores com jornada de 30 (trinta) horas semanais e 02 (dois) dias para trabalhadores com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de forma não cumulativa, mediante solicitação prévia de 72 (setenta e duas) horas, sem vinculação aos finais de semana e/ou feriados e férias.

Parágrafo Primeiro: Em condições excepcionais, a vinculação estabelecida no “caput” desta cláusula poderá ser ajustada de maneira diversa entre empregador e empregado.

Parágrafo Segundo: O trabalhador que não usufruir dessa prerrogativa dentro do período de 12 (doze) meses subsequentes à data em que tiver adquirido o direito, receberá o abono social indenizado, quando da sua dispensa.

Parágrafo Terceiro: Fica assegurado ao empregado dispensado no período concessivo do abono social o pagamento desse benefício, observada ainda a proporcionalidade relativa ao novo período aquisitivo à razão de 2/12 (dois doze avos) por mês, em caso de dispensa sem justa causa, cujos valores serão pagos quando da rescisão.

Parágrafo Quarta: A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

CLÁUSULA XI – TRABALHADOR ESTUDANTE

As empresas incentivarão seus empregados ao estudo, estabelecendo horários de trabalho que permitam ao estudante chegar a tempo à aula, liberando-os meia hora antes do final do expediente normal.

Parágrafo Único. O tempo destinado à liberação de que trata o “caput” dessa cláusula, será objeto de compensação nos termos banco de horas previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

CAPÍTULO III

DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

CLÁUSULA XII – PAGAMENTO SALARIAL

O pagamento salarial será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência.

CLÁUSULA XIII – COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os empregadores fornecerão contracheques de pagamento do salário, até o quinto dia útil do mês subsequente ao do pagamento, com discriminação das verbas e importâncias pagas, assim como dos descontos efetuados, constando também o valor referente ao FGTS, Previdência Social e Filiação Sindical.

CLÁUSULA XIV – IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO

Os acertos de irregularidades, para mais ou para menos, no pagamento aos empregados serão efetivados somente num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de pagamento do salário.

CLÁUSULA XV – REAJUSTE SALARIAL

Será concedido, a partir de 01 de maio de 2014, um reajuste de 7% (sete por cento) linear para todos os trabalhadores da categoria.

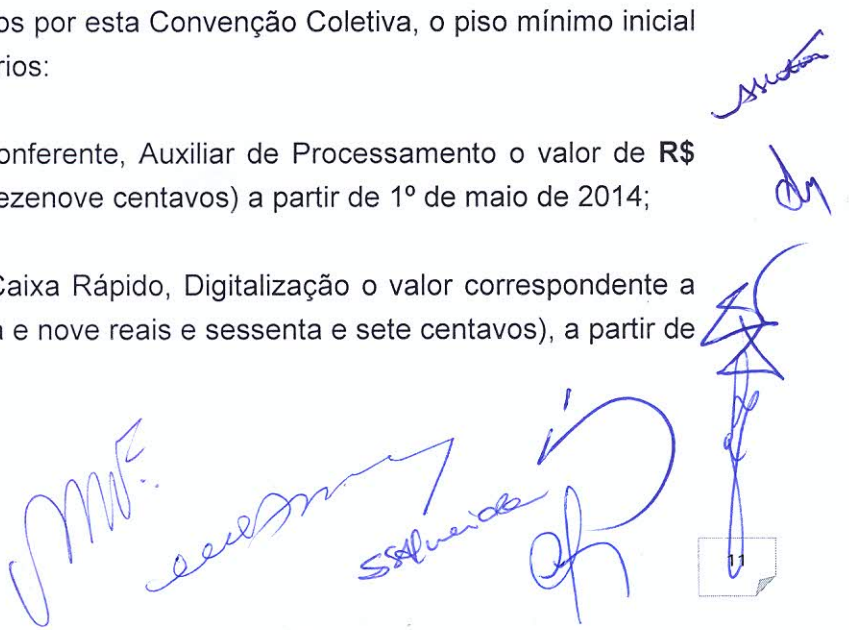
Parágrafo Primeiro: O pagamento do reajuste será proporcional para os empregados admitidos entre 1º de maio de 2013 e 30 de abril de 2014.

Parágrafo Segundo: A retroatividade do pagamento relativo à data-base, inclusive do Auxílio-Alimentação, ocorrerá até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA XVI – PISO SALARIAL

Fica assegurado aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva, o piso mínimo inicial normativo que obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Aplicável exclusivamente ao Digitador, Conferente, Auxiliar de Processamento o valor de **R\$ 832,19** (oitocentos e trinta e dois reais e dezenove centavos) a partir de 1º de maio de 2014;
- b) Aplicável exclusivamente ao Auxiliar de Caixa Rápido, Digitalização o valor correspondente a **R\$ 1.249,67** (hum mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos), a partir de 1º de maio de 2014;



Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, and several initials on the right. A small rectangular stamp is visible in the bottom right corner.

- c) Aplicável exclusivamente ao Operador de Telemarketing, Operador de Help Desk, Atividades de Tele Suporte, e/ou Tele Serviços o valor correspondente a **R\$ 873,83** (oitocentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos), a partir de 1º de maio de 2014;
- d) Os trabalhadores das demais funções não poderão receber salário inferior ao piso, ou seja, **R\$ 832,19** (oitocentos e trinta e dois reais e dezenove centavos) a partir de 1º de maio de 2014; com exceção daqueles empregados que não exerçam funções técnicas de processamento de dados.
- e) Aplicável exclusivamente ao Analista 01, contrato helpdesk – BA – CEF o valor correspondente a R\$ 917,55 (novecentos e dezessete reais e cinquenta e cinco) a partir de 1º de maio de 2014.

CLÁUSULA XVII – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão aos seus empregados com jornada de 08 (oito) horas diárias, um vale-refeição / alimentação no valor de R\$ 21,40 (vinte e um reais e quarenta centavos), para cada dia de trabalho efetivo, e para os seus empregados com jornada de 06 (seis) horas diárias, um vale-refeição/alimentação no valor de R\$ 13,91 (treze reais e noventa e um centavos), também para cada dia de trabalho efetivo.

Parágrafo Primeiro: O empregado com carga horária de 08 (oito) horas, que prorrogar sua jornada por pelo menos meio período, fará jus a 01 (um) vale- refeição/alimentação adicional equivalente ao valor facial.

Parágrafo Segundo: O empregado com jornada de 06 (seis) horas que prorrogar sua jornada por pelo menos 1:35 hora (uma hora e trinta e cinco minutos) fará jus a 01 (um) vale-refeição/alimentação adicional, cuja importância deve complementar o valor de R\$ 13,91 (treze reais e noventa e um centavos) do *caput* desta cláusula, de forma que juntos somem o valor total 21,40 (vinte e um reais e quarenta centavos);

Parágrafo Terceiro: O empregado com salário acima do piso, contribuirá com o valor correspondente a 10% (dez por cento) do auxílio, e os empregados que receba o piso da categoria ,contribuirá com o valor de R\$ 1,00 (hum real) mediante desconto em folha, conforme legislação em vigor, não tendo o benefício em destaque natureza salarial para qualquer efeito.

Parágrafo Quarto: Em caso de falta, licença médica e/ou folgas, o desconto do benefício Auxílio Alimentação, não incidirá sobre o salário, mas sim sobre o valor do próprio benefício, no mês subsequente, de forma não cumulativa, não podendo ser descontado em outro mês que não o seguinte ao da falta em questão.

Parágrafo Quinto: O exposto no parágrafo acima aplicar-se-á, também ao benefício do Vale Transporte.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "MTE", "cecom", "S. Almeida", and others, along with a small box containing the number 12.]

CLÁUSULA XVIII – BÔNUS / PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS

As empresas pagarão a título de bônus, uma anuidade de 6,00% (seis por cento), calculada sobre o salário do empregado, observada a proporcionalidade para os empregados admitidos entre 1º de maio de 2013 e 30 de abril de 2014, excluindo-se do cálculo o índice de reajuste previsto na cláusula XV e não incorporável ao salário, pago em duas parcelas iguais, nas folhas dos meses de Outubro e Março seguintes à assinatura desta CCT.

Parágrafo Primeiro: As empresas que já pagam participação nos lucros ficam desobrigadas do cumprimento desta cláusula, desde que comprovem o pagamento junto ao SINDADOS.

CLÁUSULA XIX – ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO

Os empregados que tiverem optado no mês de janeiro de cada ano, receberão por ocasião das férias, 50% (cinquenta por cento) do 13º salário a título de adiantamento, sendo que os 50% restantes serão pagos ao final do ano.

CLÁUSULA XX – TRIÊNIO

As empresas pagarão triênio a todos os seus empregados, pelo tempo de serviço, contado a partir da data de admissão na empresa, em valor equivalente a 2,0% (dois por cento) do respectivo salário.

Parágrafo Único. Para os trabalhadores que completaram o triênio até 30/04/2012, fica mantido o percentual de 1,50% (um vírgula cinco por cento) do respectivo salário, previsto na cláusula XX da CCT 2010/2012. Para os triênios seguintes, o percentual previsto no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA XXI – ENCARGOS SOCIAIS

Visando normatizar e disciplinar os percentuais de Encargos Sociais nas Licitações Públicas, fica estabelecido que o percentual mínimo será de 59,27% (cinquenta e nove virgula vinte e sete por cento) calculado sobre o total da remuneração da mão-de-obra, conforme planilha de cálculo anexa (ANEXO I), que passa a ser parte integrante desta Convenção objetivando com isso garantir o provisionamento mínimo das verbas sociais, trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias, evitando assim a sonegação do direito do trabalhador.

Parágrafo Único – O percentual de encargos sociais e trabalhistas estabelecido no *caput* desta poderá ser majorado em função das peculiaridades de cada serviço

CLÁUSULA XXII – EMPREGADOS TERCEIRIZADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

Referendando o Termo Aditivo ao TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no 063/2004, assegura-se aos empregados que prestam serviços em estabelecimentos bancários e que desenvolvem suas atividades profissionais relacionadas com o recebimento e pagamento de numerários, denominado nessa convenção, na cláusula XVI, como Auxiliar de Caixa Rápido, a partir de 01 de julho de 2009, os seguintes direitos específicos, sem prejuízo dos demais fixados neste instrumento:

- a) Carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, sendo 06 (seis) horas diárias em cinco dias por semana, da segunda à sexta-feira;
- b) Piso salarial de R\$ 1.249,67 (hum mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos)

CLÁUSULA XXIII – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Os empregadores pagarão, de acordo com a legislação vigente, os valores relativos ao salário-educação dos empregados que se habilitarem no programa.

Parágrafo Único: Os empregadores se comprometem a buscar junto ao FNDE convênio para viabilizar o benefício do salário-educação para seus funcionários que se habilitarem no programa.

CLÁUSULA XXIV – AUXÍLIO CRECHE

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica facultado às empresas que não disponham de creche própria ou convênios com creches autorizadas, reembolsar suas empregadas e empregados, a seu exclusivo critério, da seguinte forma:

- a) Até 30% (trinta por cento) do piso da categoria, para cada filho com até 24 (vinte e quatro) meses de idade;
- b) Até 20% (vinte por cento) do piso da categoria, para cada filho com idade de 24 (vinte e quatro) meses e um dia a 60 (sessenta) meses;
- c) Em ambos os casos, o ressarcimento somente ocorrerá mediante a comprovação das despesas fiscais e desde que os filhos sejam mantidos em creche ou instituição análoga de sua

livre escolha, ou sob os cuidados de profissional regularmente inscrita como autônoma ou de empregado doméstico devidamente registrado.

CAPÍTULO IV

DO INÍCIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA XXV – RETENÇÃO DA CTPS

Pagará o empregador uma indenização correspondente ao valor de um dia de salário, por dia de atraso injustificado na devolução da carteira de trabalho do empregado, após o prazo de setenta e duas horas da data do término do contrato.

CLÁUSULA XXVI – ESTAGIÁRIOS

As Empresas que contratarem estagiários estão obrigadas a respeitar a legislação específica.

CLÁUSULA XXVII – REDUÇÃO DE JORNADA/DISPENSA

Caberá ao empregado dispensado optar pela redução de 02 (duas) horas diárias de trabalho ou pelos últimos 07 (sete) dias do mês correspondente ao aviso prévio.

CLÁUSULA XXVIII – MULTA DO §8º ARTIGO 477 DA CLT

A inobservância do prazo prescrito no § 6º do artigo 477 da CLT sujeitará o infrator ao pagamento de multa 1/30 (um trinta avos) *pro rata die* (por dia de atraso) a favor do empregado, até o limite do valor do salário do empregado, salvo quando comprovadamente o trabalhador der causa à mora.

CLÁUSULA XXIX – HOMOLOGAÇÃO E DEMISSÃO

As empresas se comprometem a homologar na sede do SINDADOS, os termos de quitação de verbas rescisórias dos empregados que possuam tempo de serviço igual ou superior a 01 (um) ano no emprego, na forma do artigo 477 da CLT. Caberá ainda às empresas apresentar aos empregados pré-avisados, na própria carta de dispensa, informações sobre data, horário e local



CLÁUSULA XXXIV – INTERVALO

A cada 50 (cinquenta) minutos de serviços contínuos prestados, na função de digitador, o empregado fará *jus* a 10 (dez) minutos de descanso, além de 15 (quinze) minutos para lanche, em única oportunidade, que integrarão para todos os efeitos, a jornada normal de trabalho.

CLÁUSULA XXXV – INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Fica facultado ao SINDADOS, SINEPD e Empresas envolvidas requererem junto ao Ministério do Trabalho e Emprego a realização de perícia em estabelecimento ou setor, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 195, CLT.

Parágrafo Único. Ao empregado que trabalhar em condições insalubres, perigosas ou perigosas, será assegurado um adicional sobre o salário, conforme determinado pelo laudo técnico produzido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego ou por profissionais especializados em Segurança e Medicina do Trabalho indicados em conjunto pelo SINDADOS, SINEPD e Empresas envolvidas, sendo as respectivas despesas custeadas por estas (empresas).

CLÁUSULA XXXVI - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas contratarão Plano de Assistência à Saúde para seus empregados, subsidiando 70% (setenta por cento) do custo com o plano oferecido pela empresa.

Parágrafo Primeiro: Para os trabalhadores que recebem o piso salarial da categoria, as empresas subsidiarão 85% (oitenta e cinco por cento) do custo com o plano de assistência médica ofertado.

Parágrafo Segundo: Será facultada a inclusão dos dependentes legais dos empregados que concordem em ressarcir integralmente à empresa os custos com os seus dependentes.

Parágrafo Terceiro: O valor de indenização, a ser pago pelas empresas, por este benefício, não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais) por funcionário.

CLÁUSULA XXXVII - TRANSPORTE NOTURNO

As empresas fornecerão transporte aos seus empregados, no horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas e 30 (trinta) minutos de um dia às 05 (cinco) horas e 30 (trinta) minutos do dia

da homologação, caso em que, não comparecendo o empregado para a rescisão, o SINDADOS concederá declaração atestando a ocorrência.

CLÁUSULA XXX – AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de morte do empregado, será pago pelo empregador aos sucessores legais daquele, valor correspondente a 02 (dois) salários mínimos para despesas com o funeral, desde que o empregado não tenha convênio mais favorável. As despesas com o funeral deverão ser comprovadas pelos parentes do falecido com a entrega dos respectivos documentos fiscais, sob pena de desconto do valor das verbas rescisórias.

CAPÍTULO V DO TRÂNSITO FUNCIONAL

CLÁUSULA XXXI - SALÁRIO FUNÇÃO/PROMOÇÃO

Assegura-se o direito ao empregado formalmente promovido a receber o salário pertinente à nova função, observando-se o disposto no artigo 460 da CLT. Na falta de estipulação do salário, ou não havendo comprovação sobre a importância ajustada, o promovido terá o direito a perceber salário igual ao do funcionário que, na mesma empresa, fizer serviço semelhante ou no valor que for habitualmente pago para este.

CLÁUSULA XXXII – SUBSTITUIÇÃO FUNCIONAL

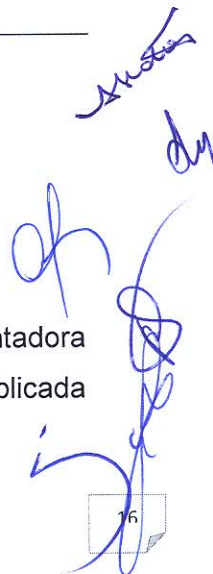
É garantido ao empregado admitido para a função de outro dispensado, igual salário ao do empregado de menor salário da função, sem considerar vantagens pessoais.

Parágrafo Único: Em caso de substituição eventual por período superior a 20 (vinte) dias, o substituto receberá a partir do primeiro dia, e somente enquanto perdurar a substituição, complemento salarial até o montante do salário do substituído.

CAPÍTULO VI DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS EMPREGADOS

CLÁUSULA XXXIII – ERGONOMIA

Ficam as empresas recomendadas a efetuar a implantação imediata da Norma Regulamentadora 17 (NR 17), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, republicada em 23 de novembro de 1990.



seguinte, não constituindo tal benefício prestação *in natura*, tampouco dará direito ao recebimento de horas *in itinere*.

Parágrafo Primeiro: As empresas, em comum acordo com a Comissão Sindical, indicarão aos seus empregados os pontos de apoio de onde o transporte fornecido pelas mesmas irá iniciar e findar o traslado.

Parágrafo Segundo: As empresas que já possuem programação de resgate dos trabalhadores em suas residências ficam desobrigadas em negociar com a Comissão Sindical.

CLÁUSULA XXXVIII – COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO E AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO:

Na hipótese de o trabalhador se tornar beneficiário de licença previdenciária decorrente de auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário, a empresa poderá conceder empréstimo, no valor de até 01 (um) salário integral descontado os encargos e impostos pertinentes, relativos aos 30 (trinta) dias seguintes ao 16º (décimo sexto) dia da licença, podendo ser prorrogado a critério único e exclusivo da empresa.

Parágrafo Único: Caberá ao empregado restituir os valores concedidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o início do recebimento do benefício previdenciário, sob pena de desconto integral no próximo salário do empregado e suspensão da continuidade das antecipações pela empresa.

CAPÍTULO VII DOS CASOS ESPECIAIS

CLÁUSULA XXXIX – FUSÃO / INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS

No caso de fusão, incorporação ou sucessão de empresa, os empregados serão contemplados com as condições mais benéficas, inclusive o princípio da isonomia salarial, não havendo redução de salário pela empresa.

CLÁUSULA XL - LICITAÇÃO

As empresas participantes de licitações são obrigadas a cumprir esta Convenção Coletiva de Trabalho.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "MME", "SOLANGE", and others, along with a small box containing the number "18"]

CAPÍTULO VIII
DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

CLÁUSULA XLI – COMISSÃO SINDICAL

As empresas que possuírem um mínimo de 15 (quinze) empregados admitirão a eleição de Comissão Sindical dos Trabalhadores com mandato de 02 (dois) anos, com a seguinte proporcionalidade:

- a) De quinze a trinta trabalhadores, um titular e um suplente;
- b) De trinta e um a cinquenta trabalhadores, dois titulares e dois suplentes;
- c) De cinquenta e um a cem trabalhadores, três titulares e três suplentes;
- d) Acima de cem trabalhadores, quatro titulares e quatro suplentes.

Parágrafo Único: A Comissão Sindical dos Trabalhadores participará das negociações coletivas juntamente com o SINDADOS.

CLÁUSULA XLII – ESTABILIDADE

Fica assegurada estabilidade provisória, exceto na hipótese de dispensa por JUSTA CAUSA e na que se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro, aos empregados que se enquadrem nas condições a seguir:

- a) Aos membros titulares e suplentes da Comissão Sindical de Trabalhadores eleitos na forma da CLÁUSULA XLI, desde o registro para concorrer às eleições respectivas e até o final do mandato;
- b) No caso de empresas submetidas a processos licitatórios, fica garantido que o SINDADOS, o SINEPD, a contratante e a empresa vencedora da licitação, encontrarão soluções conjuntas para evitar a demissão imotivada do empregado eleito para a função de representação sindical referida na CLÁUSULA XLI;
- c) Na hipótese da empresa vencedora da licitação possuir outro contrato similar, os empregados que se encontrem nas condições de que trata a alínea 'a' serão automaticamente absorvidos pelos mesmos.

OME

Salvador

dm

d) Pelos doze meses imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria aos empregados que tiverem no mínimo cinco anos de vínculo empregatício com a empresa.

e) Nos casos da alínea "d", a estabilidade provisória será adquirida a partir do recebimento, pela empresa, da comunicação do empregado, por escrito, da proximidade da aposentadoria, desde que ainda vigente o vínculo.

CLÁUSULA XLIII – ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas permitirão o acesso de até 03 (três) dirigentes sindicais em suas dependências, acompanhados de preposto da empresa e de forma a não afetar o processo produtivo, desde que solicitado com antecedência mínima de dois dias úteis e informando o motivo da visita.

Parágrafo Primeiro: Em caso de comprovada a urgência, o prazo poderá ser reduzido, de comum acordo.

Parágrafo Segundo: As empresas permitirão a colocação de urnas itinerantes em suas dependências, quando da realização das eleições Sindicais, com acompanhamento de três membros da Comissão Eleitoral, devidamente credenciada pelo SINDADOS.

CLÁUSULA XLIV – MURAL PARA AVISO

As empresas manterão, em local visível e de fácil acesso em suas dependências, mural para aposição de avisos e informações pelo SINDADOS e representante sindical, sendo vedado conteúdos políticos e/ou ofensivos à empresa, seus dirigentes, representantes do SINEPD e autoridades constituídas.

CLÁUSULA XLV – MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão, em folha de pagamento, a mensalidade sindical dos seus empregados associados ao SINDADOS, depositando os valores respectivos no prazo de cinco dias a contar do desconto, na conta-corrente 003/2176-5 da Caixa Econômica Federal – Agencia Mercês, enviando ao SINDADOS, em igual prazo, cópia do recibo de depósito e relação nominal dos empregados contribuintes em papel timbrado da empresa.

Parágrafo Único: A não observância do prazo acima implicará em correção do valor arrecadado, com base na legislação em vigor, acrescido de juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês.

Handwritten signature

Handwritten signature

CLÁUSULA XLVI – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

As empresas encaminharão ao SINDADOS, no prazo máximo de cinco dias úteis após o pagamento do mês de março de cada ano, em papel timbrado da empresa, uma relação nominal dos empregados informando os descontos efetuados a título de contribuição sindical.

CLÁUSULA XLVII – TAXA FORTALECIMENTO – SINDADOS

As empresas descontarão no mês subsequente a assinatura desta CCT, 1% (um por cento) do salário base do empregado não associado ao sindicato, em uma única vez, a título de Fortalecimento Sindical.

O recolhimento desta taxa deverá ser creditado na conta corrente do SINDADOS/BA, Banco Bradesco, Conta Corrente: 1016-2, Agência 3550-5, devendo a cópia do comprovante de depósito e a relação nominal dos empregados com o referido desconto serem encaminhadas ao SINDADOS/Ba. Esta cláusula é de responsabilidade do SINDADOS.

Paragrafo primeiro: O direito de oposição deve ser manifestado por escrito pelos empregados, através de comparecimento pessoal na sede do sindicato ou em uma de suas sub-sedes e delegacias. Nos Municípios onde não houver sede, sub-sede ou delegacia, o direito de oposição poderá ser manifestado através de envio de correspondência ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR).

a.1) Na hipótese de mudanças de empregador, o empregado deverá comunicar tal fato pessoalmente ao sindicato ou através de envio de correspondência ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR), para que o sindicato profissional comunique o direito de oposição ao novo empregador.

a.2) A manifestação do direito de oposição às referidas contribuições deverá ser respeitada em relação às contribuições cobradas, a partir da data do comparecimento do interessado no sindicato manifestado tal direito ou da data do aviso de recebimento da correspondência enviada, caso assim opte o interessado.

a.3) Em relação às cobranças pretéritas, o direito de oposição não valerá perante o sindicato, não prejudicando, no entanto, a adoção das medidas cabíveis pelo interessado.

a.4) A manifestação do direito de oposição somente perderá a validade em relação aos futuros instrumentos coletivos, no caso de manifestação escrita do interessado, nos moldes acima, autorizando a cobrança das contribuições.

a.5) Em relação ao direito de oposição manifestado pelo empregado, o sindicato profissional deverá comunicar à empresa respectiva, imediatamente, para que proceda a exclusão dos descontos da folha de pagamento, sob pena de devolução dos valores indevidamente descontados pela parte que assim não proceder, além da cobrança da multa.

CLÁUSULA XLVIII – TAXA ASSISTENCIAL SINEPD

As empresas se obrigam a pagar ao SINEPD, no mês subsequente à assinatura desta Convenção, uma taxa assistencial em valor equivalente a um salário mínimo, Esta cláusula é de responsabilidade do SINEPD.

Parágrafo Primeiro. Fica assegurado às empresas não filiadas apresentar, a qualquer tempo, o direito de oposição à cobrança da referida contribuição, que deverá ser feito por escrito, através de comparecimento pessoal de sócio ou por procuração na sede do sindicato ou através de envio de correspondência ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR)

a.1) A manifestação do direito de oposição às referidas contribuições deverá ser respeitada em relação às contribuições cobradas, a partir da data do comparecimento do interessado no sindicato manifestado tal direito ou da data do aviso de recebimento da correspondência enviada, caso assim opte o interessado.

a.2) Em relação às cobranças pretéritas, o direito de oposição não valerá perante o sindicato, não prejudicando, no entanto, a adoção das medidas cabíveis pelo interessado.

a.3) A manifestação do direito de oposição somente perderá a validade em relação aos futuros instrumentos coletivos, no caso de manifestação escrita do interessado, nos moldes acima, autorizando a cobrança das contribuições.

a.4) Em relação ao direito de oposição manifestado pelo empregado, o sindicato profissional deverá comunicar à empresa respectiva, imediatamente, para que proceda a exclusão dos descontos da folha de pagamento, sob pena de devolução dos valores indevidamente descontados pela parte que assim não proceder, além da cobrança da multa.

b) Estipular valor único em relação às contribuições descontadas das empresas, independentemente de serem filiadas ou não ao sindicato patronal.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA CLÁUSULA XLIX – RESSALVA

As empresas que praticarem condições mais benéficas para o empregado, do que as aqui estabelecidas, são obrigadas a mantê-las. Esta cláusula fica mantida até a próxima data-base quando deverá ser analisada juntamente com as cláusulas econômicas.

CLÁUSULA L - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Ocorrendo descumprimento, pelo empregador, de uma ou quaisquer das cláusulas aqui convencionadas, fica estabelecida multa equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do trabalhador, em benefício deste.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "SINEPD", "ah", and others, along with a small rectangular stamp at the bottom right.]

CLÁUSULA LII - GARANTIA DO EMPREGO

Os empregados, inclusive os optantes pelo FGTS, terão estabilidade de 03 (três) meses a partir da assinatura desta Convenção, em razão do que não poderão sofrer dispensa imotivada a partir desta data, entendida como tal aquela que não se fundamentar em motivo disciplinar grave, técnico, econômico ou financeiro, devidamente comprovado junto ao SINDADOS, no período de vigência desta cláusula, sob pena de reintegração à empresa.

Parágrafo Único: Ressalvam-se os casos de término do contrato da empresa com o tomador de serviço, aviso prévio em curso, término de contrato por prazo determinado e justa causa, quando da celebração desta Convenção.

CLÁUSULA LIII - ADICIONAL DE TITULARIDADE

Fica facultado ao empregador o pagamento de adicional de titularidade para os empregados ocupantes de cargos que tenham como pré-requisito nível superior completo, nos seguintes percentuais:

- a) 10% (dez por cento) do salário-base para os detentores de certificado em nível de pós-graduação *lato sensu*;
- b) 20% (vinte por cento) do salário-base para os detentores de título de mestrado e certificações da área de Tecnologia de Informação e também áreas afins;
- c) 40% (quarenta por cento) do salário-base para os detentores do título de doutorado;
- d) 50% (cinquenta por cento) para aqueles que possuem treinamento de pós-doutorado.

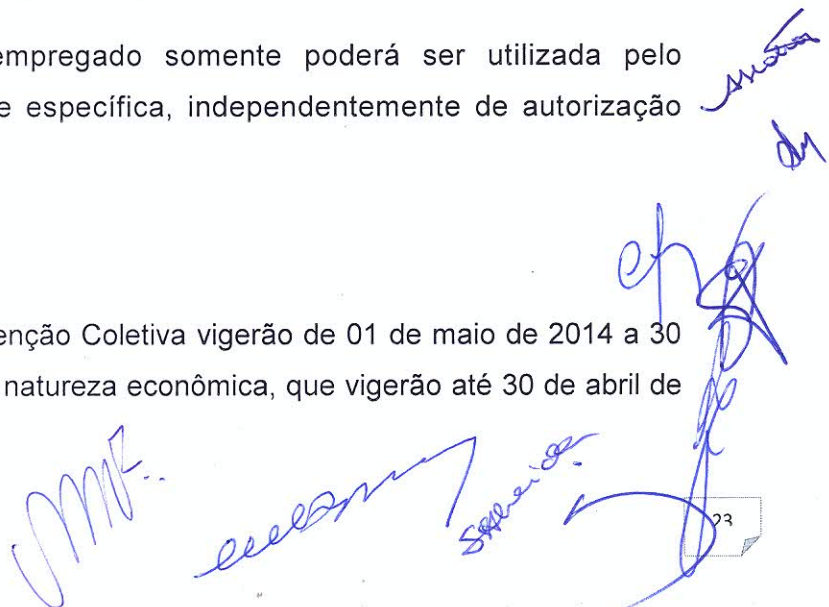
Parágrafo Primeiro: O adicional de titularidade não será cumulativo em função do título adquirido ou cargo, sendo considerado o de maior grau que o empregado possuir.

Parágrafo Segundo: O adicional de titularidade será devido ao empregado toda vez que a empresa se utilizar do título para obter êxito em licitações.

Parágrafo Terceiro: A titularidade do empregado somente poderá ser utilizada pelo empregador mediante autorização escrita e específica, independentemente de autorização anterior.

CLÁUSULA LIV – VIGÊNCIA

As disposições constantes da presente Convenção Coletiva vigorarão de 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2016, excetuando as cláusulas de natureza econômica, que vigorarão até 30 de abril de 2015.

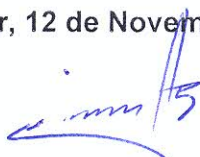


Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

Parágrafo Único: Permanecem em vigor todas as demais cláusulas, termos e condições constantes da Convenção Coletiva, descrita em seu período durante o acordo do aditivo desta CCT, exceto as cláusulas de natureza econômica.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente Convenção Coletiva, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma destinada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, para que surta os efeitos legais.

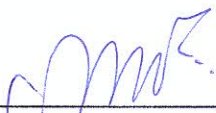
Salvador, 12 de Novembro de 2014.



José Clemente de Melo Zanatta
Presidente SINEPD



Luiz Carlos França
Presidente Sindados-Ba



Luciano Tourinho Antunes Ferreira
Membro da Comissão de Negociação do SINEPD



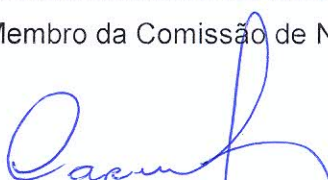
Celso de Araújo Lopes Filho
Secretario geral do Sindados-ba



Adriana Azevedo de Mattos Pires
Membro da Comissão de Negociação do SINEPD



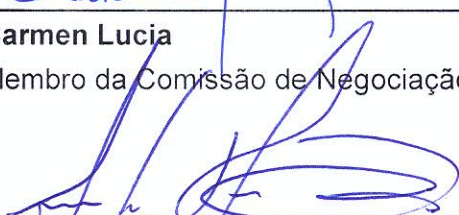
Amilton Sales Sousa Junior
Diretor do Sindados-ba



Carmen Lucia
Membro da Comissão de Negociação do SINEPD



Stela Almeida
Diretora do Sindados-ba



André Mota
Membro da Comissão de Negociação do SINEPD

Priscila Martins Pinheiro
Membro da Comissão de Negociação do SINEPD

ANEXO – I - CCT-SINEPD/SINDADOS – 2014/2016**Planilha de Encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas**

GRUPO A	%
Previdência Social	0,00%
FGTS	8,00%
Salário Educação	2,50%
SESI/ SESC	1,50%
SENAI/ SENAC	1,00%
INCRA	0,20%
SAT - Seguro acidente de trabalho (1% a 2%)	2,00%
SEBRAE	0,60%
TOTAL GRUPO A	15,80%
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
Art. 25 - Inciso I da Lei nº 8.212/91, Art. 15 da Lei 8.036/90, Art. 7- Inciso III da Constituição Federal de 05/10/88, Art. 3 - Inciso I do Decreto 8.704/82, Art. 30 da Lei 8.030/90, Decreto Lei nº 1.146/70, Art. 22 - Inciso II da Lei 8.212/91 a Art. 8 da Lei 8.029/90, alterada pela Lei 8.154/90, Lei 12.715, e Decreto 7.828 de 2012	
GRUPO B	%
Férias, Abono de Férias	11,11%
Auxílio doença/Enfermidade	2,98%
Auxílio maternidade/Paternidade	0,44%
Faltas legais	0,37%
Acidente de trabalho	0,05%
Aviso prévio trabalhado	0,50%
13º Salário	8,33%
TOTAL GRUPO B	23,78%
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
Art. 142 do Decreto Lei nº 5.452/43 da CLT, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - Inciso XVII do Art. 7 da CF/88, Art.18 da Lei 8.212/91, Art. 473, Art. 476, Art. 487 e Art. 822 da CLT, Art. 7 - Inciso VIII e XXI da CF/ 88 e complementares, Lei nº 4.090/62, Lei 7.787/89.	
GRUPO C	%
Demissão sem justa causa	4,00%
Aviso prévio indenizado	3,40%
Indenização adicional	0,57%
TOTAL GRUPO C	7,97%
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
Art. 487 da CLT, Art. 10 das Disposições Constitucionais Gerais de CF/88, Art. 487 da CLT e Inciso XXI do Art. 7 da CF/88, Art. 18 parágrafo 1º da Lei 8.036/90.	
GRUPO D	%
Grupo A X Grupo B	3,76%
TOTAL GRUPO D	3,76%
TOTAL GERAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	51,31%